

Fevereiro de 1987

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Quinta-feira 26 595

seus trabalhadores, com dizeres que, na abertura de sua mensagem, nos preocupam, e gostaríamos de aqui deixar consignados:

"Sr. Deputado, a confiança depositada pelo povo em V. Ex^a não pode, neste momento, ser abalada por interesses menores de oportunismo e irresponsabilidade. Temos certeza de que, como nosso representante, não permitirá que o fato político se sobreponha ao econômico, levando ao caos os setores produtivos. Portanto, confiantes, remetemos a V. Ex^a o manifesto das entidades representativas."

São mais de duas centenas de entidades preocupadas com os problemas do dia-a-dia, e parece-nos que estamos alienados dessa realidade. Temos visto o esforço dos Srs. Constituintes no sentido de vencerem, todas as amarras burocráticas e regimentais, de tal forma que pudesssem hoje votar o Regimento e, logo após o Carnaval, preparar não só a Assembléa Nacional Constituinte, mas também o Congresso Nacional, para receber todos os anseios da sociedade, que agora se exacerba.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos de ter consciência de que a crise que abala o País chegará a este plenário pela pressão de nossas bases, pela necessidade de a Nação continuar respirando. Ficamos extremamente preocupados quando vemos que a reação da população à maratória decretada não foi aquela que o ambiente político imaginava. Infelizmente, a primeira reação da massa da população, seja como consumidores, seja como pequenos e médios empresários, foi: "Se a Nação pode pedir, nós também poderemos, porque estamos numa situação de angústia em que as taxas de juros nos afogam e estamos prestes a provocar desemprego". Portanto, não pensem V. Ex^a que estes fatos ficarão distantes deste plenário; que, se ficarmos única e exclusivamente discutindo manobras regimentais para a aprovação do conteúdo, estaremos dando aos nossos representados uma imagem de trabalho.

Foi nesse instante, Sr. Presidente, que, apesar de termos pontos extremamente divergentes no substitutivo, colocamos a nossa posição de não sairmos do plenário para discuti-lo, embora como minoria esmagada pelo próprio Regimento. (Palmas.)

Hoje estamos dispostos do mesmo tempo concedido às outras lideranças, mas, dentro da proposta, os partidos pequenos ficarão com apenas três minutos, quando o partido majoritário, pela palavra do seu Líder, ficará com vinte minutos. Entendemos a proporção das maiorias, sim. O que não podemos entender é o esmagamento das minorias, pois, embora como partido minoritário, temos enorme responsabilidade perante uma extraordinária massa eleitoral que nos trouxe a esta Assembléa.

Sr. Presidente, como já dissemos, temos pontos divergentes, e a posição do PL é uma posição contrária à forma como está sendo apresentado o substitutivo, em função dessa discriminação que não aceitamos.

Solicitamos a todas essas lideranças conscientes — e aqui neste plenário majoritariamente está presente o PMDB, que por si só tem condições de aprovar a matéria — em nome das minorias que, por favor, reconsiderem alguns dos seus pontos e os destaques que apresentamos nesse sentido, para que seja feita uma revisão, a fim de que nos dêem voz e, não em igualdade, mas pelo menos não em tanta desigualdade, possamos nos manifestar dentro deste plenário.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por fim, queremos dizer que esta talvez seja uma das maiores crises econômicas dos últimos tempos que se refletirá no plenário, seja do Congresso Nacional, seja da Assembléa Nacional Constituinte.

Não devemos temer as crises, porque é exatamente no momento das grandes crises que temos oportunidade de promover as maiores transformações que esperamos para nosso País. O nosso medo é o de que essa crise nos atinja sem estarmos devidamente preparados, porque nos parece que a cada dia estamos mais distantes da realidade do cotidiano. Brasília, a meu ver, é a capital nacional da alienação da realidade. O Brasil legal está cada dia mais distante do Brasil real.

Tomemos cuidado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a fim de que não nos distanciemos da realidade, porque é a partir dela, a partir do fogo da crise que todos estaremos incentivados a promover as mudanças, presentes ao debate e não ausentes dele, dentro do princípio da concordância e não do esmagamento, como este a que estamos assistindo hoje.

Não usem o critério do esmagamento, porque, assim fazendo, correremos o risco de esmagar os anseios da sociedade e já não podemos conviver com rupturas institucionais. A nossa responsabilidade é muito grande. Este o apelo que fazemos à Maioria, representada pelo PMDB, aqui presente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Amaral Netto para encaminhar a votação como líder do PDS.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o momento é muito difícil. Todos os Líderes aqui presentes, a não ser os líderes de si mesmos, têm problemas nas suas bancadas, por maiores ou menores que elas sejam. Eu os tenho na minha, porque no meu partido não há ditadura, não há domínio de Líder, principalmente em terreno ideológico, onde todos podem se manifestar. Somos unâmindes no combate ao Governo, ao qual somos oposição, mas ao fazermos uma Constituição e o seu Regimento, nós estamos preocupados, isto sim, com a qualidade desse Regimento, porque como disse ontem, aqui, um Constituinte, esse Regimento é a Constituição da Constituição. Se, por pressa ou por desejo de acabá-lo antes do Carnaval, sendo este o único elemento, for feito de qualquer maneira, a Constituição sairá prejudicada.

Neste caso eu diria a V. Ex^a Sr. Presidente, que lamentei, sob o aspecto político, sob o aspecto da presença de V. Ex^a, sob o aspecto da admiração que tenho por V. Ex^a, sob o aspecto do passado e do presente de V. Ex^a, que V. Ex^a não tenha possibilitado à Casa a apreciação do recurso apresentado pelo Deputado Gastone Righi. Se V. Ex^a o tivesse feito, estariam sanados muitos dos problemas que ora enfrentamos. Se o partido de V. Ex^a fosse vitorioso na votação do recurso, teria ganho tudo. Se perdesse, também sabia V. Ex^a que estaria tudo perdido; não haveria modificação alguma. Isto só protelou uma operação de urgência. E ela vai demorar um pouco mais.

No entanto, retirei-me daí como líder, acompanhado da maioria dos meus companheiros. V. Ex^a não me ouviu dizer ao microfone para que a bancada se retirasse. Agi assim por um motivo: não queria coagir companheiros que não gostariam de se retirar e não queria desmoralizar a minha posição, dizendo isso sem que eles me acompanhassem. Alguns me acompanharam. Podem até não ter gostado de precisar voltar. Voltamos por um motivo, em princípio: pedir veri-

ficação de votação, se não for nominal. Porque tem de ser nominal. Aí, entra outro detalhe: estou convencido de que votar contra ou não estar aqui dará na mesma. Quem terá de obter os 280 votos é o PMDB, não nós. Não temos a obrigação de dar **quorum**. O número necessário tem de ser obtido por quem precisa ganhar, e quero ficar aqui para assistir ao espetáculo. Quando vejo o Senador Fernando Henrique sorrindo para mim, preferiria que esse sorriso significasse mudanças no Regimento que S. Ex^a se submeteu a fazer ditatorialmente, com todo o respeito que tenho por S. Ex^a. Faço questão de dizer que não quero que todos me apóiem; não teria jeito. Se tivesse o apoio de todos, viraria o soberano, o PMDB, o que não sou. Quero dizer que o Partido Democrático Social, saindo ou não do plenário, votará, contra o substitutivo. E fará assim, Sr. Presidente, porque ele é ditatorial, esmagador, é um regimento da cavalaria montada ou de carros mecanizados, como disse o Senador Jarbas Passarinho, que entende do assunto. É um Regimento que opõe, esmagá e arrebenta com todos nós. Um Regimento que não se casa com a imagem de V. Ex^a, com a imagem dos 20 anos da luta do PMDB. Minha posição nada tem a ver com a posição do PFL. A intriga que se lançou nesta Casa, de que estariam a reboque do PFL, é falsa. Não estamos a reboque do PFL e nem o PFL está a nosso reboque. Encontramo-nos em uma posição comum, que lamento não seja de toda a Casa, porque assim esse Regimento seria muito melhor. Não temos nada com os interesses do Governo. Tenho cansado de dizer que fazemos Constituição pensando nela e não no Sr. José Sarney. Se desagradarmos o Presidente Sarney, ótimo; se não desagradarmos, pelo contrário, pior, mas fazemos o que a Pátria deseja.

Sr. Presidente, repito que vamos ficar aqui, votaremos contra e faremos uma coisa de que quero prevenir V. Ex^a, porque sempre joguei aberto nesta Casa, nunca escondi de adversários o que iria fazer. Repito, mais uma vez, o que disse nesta noite: se não for feita votação nominal de um por um dos destaques, pediremos esta votação, e o prazo para terminar é de vinte dias.

Senhores, se não nos cedem nada, se não nos dão nada, aguentem com as consequências. Não estamos preocupados com a opinião pública neste momento. Eu vi, também no projeto do Plano Cruzado, V. Ex^a viram, esta Casa inteira, até mesmo gente da oposição, a imprensa, todos viram o povo aplaudindo e gritando: "Vai ter que dar certo!"

Levantei-me aqui dentro, com alguns companheiros, desde o primeiro dia, dizendo que não ia dar certo, e todos acharam que eu perderia na opinião pública.

Hoje lançam o Cruzado III, que é as Malvinas da moratória. Vamos ver as consequências. Agora vêm com esta ameaça: ou votam agora, ou a opinião pública vai amaldiçoá-los para o resto da vida. Pois bem, não sei se a opinião pública vai entender esta pressa, que podemos prejudicar e que integra um direito ditatorial que contradiz tudo o que a oposição de ontem pregava e hoje não prega mais.

Portanto, Sr. Presidente, repito: aquele "tem de dar certo" de hoje para mim se reflete na frase que eu quis modificar naquela ocasião: tem de dar, certo? E deram, porque deram à força. Hoje, temos a certeza, vamos marcar uma posição: não admitimos seis ou sete pontos terríveis neste Regimento. Pedimos que fossem modificados; não nos ouviram, ninguém conversou, ou, se conversou, apenas fingiu que o fez. Ninguém mudou nada, e nos colocaram em uma situação que nos

obriga agora a dizer a V. Ex^{as}: Dure o quanto durar esta votação, queremos votação nominal de todas as matérias que forem postas para serem votadas. Não me interessa quanto tempo vai durar esse processo. A Constituição não tem pressa; o povo tem pressa de uma boa Constituição, mas não tem pressa de uma Constituição feita às pressas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ao levantar esta questão de ordem, quero enfatizar todos os esforços que temos feitos e continuamos fazendo, no sentido de que pudéssemos esconrar — e possamos ainda — uma fórmula que nos dê tranquilidade e permita unir não só todos os partidos, mas também das diversas correntes da nossa agremiação, buscando que este Regimento que estamos votando seja de fato de coesão, de união, que permita um trabalho contínuo e profícuo na Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, Sr. Presidente, antes de chegar ao fim — pretendo fazê-lo logo — quero dizer que este Regimento está eivado de matérias totalmente inovadoras, que não são, por sua natureza, regimentais e que estão inseridas no seu contexto abruptamente, de forma inesperada, tal como, por exemplo, a questão do plebiscito, que se contém no art. 59, nos seus parágrafos 1º e 2º, como se fosse o Regimento capaz de disciplinar, de determinar como, quando e de que forma o plebiscito vai ser feito, quando a questão plebiscitária é eminentemente constitucional, deve estar no texto da Constituição, pois é — repito, matéria constitucional e não regimental.

De outra parte, Sr. Presidente, surgiaram questões que se tornaram extramamente polêmicas e em relação às quais — V. Ex^o bem sabe — temos feitos um enorme esforço no sentido de encontrar alguma solução que permita a tranquilidade e a pacificação dos ânimos dos espíritos. Veja V. Ex^o que, na questão relativa, por exemplo, ao parágrafo 7º do art. 57, desde o primeiro momento começamos a famosa negociação para um entendimento relativo à soberania da constituinte, desde o texto preambular, que define que essa soberania, sendo ilimitada, será exercida no bem do próprio Constituinte, quando ela assim determinar. Todavia, não conseguimos, malgrado todos os esforços — indormidos esforços —, no sentido de definir, para tranquilizar todos os partidos e todas as correntes e a própria Nação, o que este Regimento entende por matéria de relevância. Não conseguimos solucionar essa questão. Pretendíamos incluir no projeto um parágrafo oitavo, que explicitasse que essa matéria de relevância seria definida como sendo um fato determinado, novo, urgente, uma ameaça ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Finalmente, como uma forma de consenso para a redação do art. 57, no § 7º, onde se diz que "projeto de disposição é matéria de relevância", solicitamos, visando a um acordo que unisse todos os partidos, que esse ponto fosse definido como sendo uma matéria determinada, urgente, de natureza grave e de ameaça constante à Assembléia Constituinte. Entretanto, até ainda há pouco, não havíamos conseguido esse consenso. Pode ser que mais tarde consigamos chegar a uma conciliação, porque a negociação é da essência do próprio regime, é da natureza da própria democracia.

Dessa forma, Sr. Presidente, terminei a questão de ordem propondo o seguinte: desde que não há ainda, diante de tanta complexidade num regimento inovador cujo primeiro projeto tem uma forma, o segundo — nº 2 — é diferente do primeiro e o 2B é diferente do segundo, uma forma definitiva aprovada por todos, venho solicitar a V. Ex^o o adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Informo ao Plenário que não há a figura focalizada pelo nobre interpellante que levantou a questão de ordem. Esta, pelo Regimento, não pode ter provimento. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Plínio Arruda Sampaio, para encaminhar a votação, como Líder do PT.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. constituintes, as salvas de palmas que acabam de ser dadas ao Presidente Ulysses Guimarães, que fica com a democracia ao decidir uma questão de ordem claramente manipulativa, é a prova (Palmas.) muito bem provada de que a transição lenta, segura e gradual não vai ser eterna, mas se encerrará com a votação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

Esta transição, Sr. Presidente, lembra muito, para tantos de nós, a viagem de um outro Ulysses, daquele que levou uma década para voltar para casa, a fim de recuperar a sua mulher, o seu filho, o velho pai, a sua terra, a sua cidade e o poder do qual o haviam despojado. O que estamos fazendo hoje, Sras. e Srs. constituintes, é recuperar o poder desta Casa, achincalhado por 25 anos de ditadura. Este gesto de altivez que estamos tendo agora explica a retirada desta Casa de pessoas que não estão acostumadas a que o poder se exerce aqui, mas que o poder se exerce lá, para onde estão telefonando agora, a fim de saber as instruções sobre o que fazer. (Palmas.)

O Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, que agora aporta nesta Itaúca liberada — a Assembléia Nacional Constituinte —, vem a esta tribuna dizer a V. Ex^o que todo e qualquer esforço para aumentar a soberania desta Casa encontrará de nossa parte integral apoio.

Travamos, desde o começo, uma luta sem tréguas para que a Constituinte fosse livre e soberana. Todos são testemunhas da nossa luta em 1985 e em 1986, para que esta constituinte fosse realmente dotada de soberania. Agora, instalada a Assembléia, nosso trabalho tem sido todo ele orientado para a aprovação de um regimento que consagre a soberania, a participação popular, o plebiscito, a iniciativa popular de proposições constituintes, o direito de informação da população, o **quorum** baixo, a fim de que os constituintes tenham voz e vez.

Acompanhamos a luta do Sr. Relator, cuja violência se expressa nas fisionomias preocupadas e tensas dos Constituintes que me ouvem neste instante. Sabemos o que está em jogo e também que o substitutivo do Relator Fernando Henrique é o resultado a que se pôde chegar até agora. A Constituinte, meus caros colegas, define o fim da transição. É o fecho. Não mais a hora da ambigüidade, mas a hora das definições. E nesta hora o corte é claro: pela plena soberania da Constituinte, os que querem um Brasil democrático; pela não-soberania, os que querem a transição que se eterniza. O PT quer que a transição termine logo e apoiará a votação do substitutivo, sem prejuízos de ressalvas que apresentou e que contri-

buem para melhorar o texto e permitir avanços ainda maiores, a fim de que possamos dar ao povo brasileiro a resposta que ele espera de nós. Esta é, Srs. constituintes, a palavra do Partido dos Trabalhadores, que, com grande orgulho e honra, trago aos meus caros colegas nesta hora. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Haroldo Lima, para encaminhar a votação, como Líder do PC do B.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. constituintes, vivemos um processo importante e muito elucidativo. Quando o Relator Fernando Henrique Cardoso apresentou o seu primeiro substitutivo, o de nº 1, consideramos que este tinha quatro pontos que deveriam ser destacados, e os debates nesta Casa mostraram que realmente eram os mais importantes. O primeiro diz respeito à soberania da Constituinte; o segundo, à participação popular na elaboração da Carta Constitucional; o terceiro, ao direito à manifestação dos partidos minoritários; finalmente o quarto, ao superpoder, que lá estava posto para a Comissão de Sistematização.

Em função dessas quatro questões, como é sabido, o PC do B manifestou-se de forma clara, juntamente com todos os constituintes, fossem aqueles mais à esquerda ou mais à direita. Formulamos a nossa posição de crítica enérgica ao direito das minorias, que no primeiro substitutivo estava praticamente negado. Fizemos também a nossa observação crítica e enérgica ao superpoder, que no primeiro substitutivo estava posto e definido para a Comissão de Sistematização.

Entretanto, não criticamos os aspectos positivos que o primeiro substitutivo incorporava, relacionado com a soberania da Constituinte e com a possibilidade de participação popular na elaboração da nova Carta Magna. Depois que o debate se processou, todos aqueles setores mais progressistas se manifestaram com energia em defesa dos direitos das minorias e contra a exacerbadação de poder da Comissão de Sistematização. Verificamos também que os setores partidários ligados ao PDS, ao PFL e ao PTB se concentravam na crítica, justamente naqueles aspectos que julgavam mais positivos do substitutivo, aqueles que salvaguardavam, em certa medida, a soberania e a participação popular na Constituinte.

Quanto ao segundo substitutivo do constituinte Fernando Henrique Cardoso, que terminou apagando, verificamos que S. Ex^o incorporou na sua elaboração as críticas feitas ao primeiro substitutivo. Assim, as minorias passaram a ter o direito de existir na Constituinte e a Comissão de Sistematização passou a não ter aquele superpoder expresso no primeiro substitutivo. Verificamos, ainda, com satisfação, que o constituinte Fernando Henrique Cardoso, ao tempo em que incorporou no seu segundo substitutivo esses adendos, essas mudanças que democratizaram a nova proposta de Regimento da Casa salvaguardou os aspectos positivos existentes no primeiro, ligados à soberania da Assembléia Nacional Constituinte e à participação popular na elaboração da Carta Magna.

Por conseguinte, saudamos, sim, a atitude corajosa e digna do Senador Fernando Henrique Cardoso, quando aqui incorporou os pontos de vista democráticos levantados pela esquerda do PMDB e pelos partidos minoritários, prejudicados naquele primeiro substitutivo. S. Ex^o corajosamente não incorporou pontos de vista que poderiam, com certa facilidade, fazer com que a aliança do seu